



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

O RACISMO E A SEGREGAÇÃO URBANA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

FLÁVIA DE BRITO SOUZA¹

CHEYENNE VIEIRA MARQUES²

EDUARDO DE OLIVEIRA GARCIA³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões acerca do racismo que é um fator de exclusão no acesso à cidade. Neste sentido, apresentaremos as expressões do racismo, presentes na cidade de Florianópolis, que é capital do estado de Santa Catarina, como aspectos da segregação urbana.

Palavras-chaves: racismo; segregação urbana; Florianópolis.

ABSTRACT

This article aims to present reflections on racism, which is a factor of exclusion in access to the city. In this sense, we will present the expressions of racism, present in the city of Florianópolis, which is the capital of the state of Santa Catarina, as aspects of urban segregation.

Keywords: racism; urban segregation; Florianópolis.

INTRODUÇÃO

A exploração urbana na capital catarinense, município de Florianópolis, é um processo que tem como responsável, grupos detentores do capital econômico, que exploram ou se apropriam de recursos urbanos: como terras, propriedades ou infraestrutura da cidade. Neste contexto, o racismo é agente de exclusão no acesso à cidade, sendo que a partir da sua estrutura e operacionalização, contribui para o aumento dos custos de habitação, deslocamento de

¹ Universidade Federal de Santa Catarina

² Conselho Regional de Serviço Social 12^a Região

³ Prefeitura de Araquari

comunidades locais, deterioração das condições de vida em áreas urbanas específicas, perda de identidade cultural e exclusão social.

O racismo salta aos olhos quanto ao acesso à cidade enquanto direito, pois cria áreas urbanas excludentes, frequentemente situadas nos limites periféricos da cidade, espaços com diferentes estruturas urbanas, infraestrutura e instalações recreativas. Essa dinâmica leva à compreensão do fator de exclusão no acesso à cidade, pois a falta ou a presença do Estado na oferta de investimentos públicos está intimamente relacionada à distribuição desigual de recursos no contexto urbano, o que leva a deficiências na infraestrutura e nos serviços em determinadas áreas (Sugai, 2015). Essa disparidade tem afetado de maneira desproporcional a população negra e de baixa renda, contribuindo para a formação de elementos de segregação urbana.

Este fator de exclusão no acesso à cidade, gera desigualdades específicas e disparidades sociais que fortalecem as cidades como espaços urbanos de exclusão. Isso se manifesta na formação de áreas urbanas de pobreza, localizadas fisicamente em morros, favelas e vielas, e visualmente marcadas por desigualdades de representatividade racial (França, 2022). Além disso, contribui para a criação de invisibilidades dentro desses espaços. Nesta esteira, chamamos a atenção para dizer que não se trata de um evento isolado, mas de um processo contínuo de criação de vantagens e desvantagens sociais, que está em curso em toda a história deste país chamado Brasil e neste sentido, Florianópolis converge. Ou seja, a segregação urbana, é essencial para a manutenção do racismo no município que possui centralidade neste breve estudo.

O RACISMO SALTA AOS OLHOS QUANDO À SEGREGAÇÃO URBANA SE TORNA UMA PRÁTICA SOCIAL

A segregação urbana se relaciona diretamente com a restrição dos direitos da população negra e assim salta aos olhos o racismo que atravessa brutalmente corpos não brancos. Direitos são cerceados por um sistema político que contribui para que uma pequena parcela detentora de grandes espaços urbanos, tenham suas terras, seus patrimônios valorizados por conta da especulação imobiliária. Estamos nos referindo a espaços em áreas nobres, altamente valorizadas pelo capital, onde permeiam privilégios urbanísticos, além de toda a infraestrutura e instalações recreativas que compõem essas regiões, que por sua vez são segregadores. Neste sentido, cabe destacar que esta segregação é uma prática social que está relacionada ao acesso

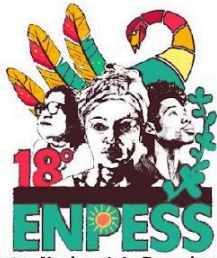
e à circulação nos espaços.

Destarte, sob a ótica de Sarmiento e Cortizo (2016, p.5) a segregação urbana é a materialização espacial das desigualdades sociais. Isso se deve ao fato dos mecanismos que perpetuam a segregação socioespacial ter uma intensidade correspondente à desigualdade social existente. Essa desigualdade social está enraizada em elementos estruturais que não podem ser facilmente eliminados numa sociedade que é capitalista. No entanto, por resultar de um processo histórico de conflitos socioespaciais, as metrópoles brasileiras podem até apresentar variações na intensidade da segregação, dependendo do nível de desigualdade social, entretanto, sua existência tem uma origem semelhante em diferentes localidades.

Nesse contexto de segregação, observando as áreas urbanas onde a população negra reside, a desigualdade espacial fica nítida por conta das condições precárias de habitabilidade nessas regiões (Gomes e Mello, 2021). Os espaços de habitação da população negra, em sua maioria, são precarizados e desfavorecidos por conta de um sistema que opera hierarquizando corpos por conta da raça. Nesta lógica, operam na direção da identificação dos espaços urbanos adequados para um corpo negro⁴. Isso significa que as cidades são organizadas a partir de uma estrutura urbana racializada, não apenas em termos econômicos, mas também em sua dimensão política e socioespacial, que reflete de forma tangível no ambiente local. Por vezes, a falta de planejamento urbano é atribuída a esses fatores, ignorando uma série de determinantes que precedem a própria organização social e sua operacionalização. Não por acaso que as condições de vida da população negra inviabilizam a possibilidade de acesso a bens e serviços. O ciclo de cerceamento opera em diferentes espaços, porém um atrelado ao outro. Se não há oportunidades de acesso há melhores condições de trabalho em um sistema capitalista, dificilmente haverá o poder de compra de terras, que são verdadeiros monopólios de uma pequena parcela da população, as quais possuem características de corpos não negros. Um verdadeiro processo de monopolização que garante a terra de maneira privada e privilegiada.

A gestão e o destino do solo são questões cruciais do ambiente urbano, evidenciado pela escassez para fins sociais e por conta da acumulação para o mercado especulativo e para o capital financeiro. Desta forma, a capacidade de acesso à moradia, infraestrutura urbana e até mesmo à terra por parte da população negra, está condicionada à financeirização desses espaços urbanos. Este processo de segregação urbana tem raízes sociohistóricas profundas, desde o

⁴Com base nas categorias de classificação do Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estatísticas (IBGE) a palavra negra/o corresponde à população que se autocalifica como preta ou parda.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

momento em que os colonizadores portugueses usurparam as terras indígenas. Além disso, colocaram em prática um modelo econômico colonial baseado na exploração escravista e na distribuição de terras pelo Estado para grupos específicos de origem europeia, o que Souza (2017, p.43) vai chamar de “germes históricos”, os quais foram sendo procriados e conseqüentemente foram influenciando a realidade atual. Esta influência pode ser observada, por meio, de fatores históricos de estruturação social, tal como a operacionalização do racismo brasileiro.

O racismo no Brasil é uma prática que ocorre por conta da construção social histórica da raça, assim falar do horizonte racial da sociedade brasileira é propor pensar sobre o conceito de raça. Fazer pensar o que está por trás da ideia e propositura de racializar corpos. A construção social sobre raça, em um primeiro momento se deu no âmbito biológico, sendo utilizado para identificar categorias humanas socialmente definidas (Schwarcz, 1993). Neste sentido, segundo a autora Lilia Schwarcz (1993, p. 17)

o termo raça, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise.

Em um segundo momento o conceito foi compreendido a partir de uma construção social que ao longo do tempo foi se transformando, porém criada para sustentar o racismo demonstrando desimportância com as vidas das pessoas que são racializadas. A operacionalização do racismo científico cria o conceito social de raça. O autor Munanga (2003) ressalta que conceitos e classificações são ferramentas utilizadas para operacionalizar e organizar pensamentos. Essa perspectiva se aplica ao conceito de raça, o qual opera para definir o outro a partir do seu fenótipo, organizando, gerando desigualdade, segregando. A raça é o centro na reprodução da desigualdade, é hierarquia e poder. Neste intuito de racializar classifica-se e hierarquiza-se grupos, sendo utilizado como um dos critérios a cor da pele, entre outros critérios morfológicos, como lábios, nariz, queixos (Munanga, 2003). Assim, esse sistema de opressão, de hierarquização das raças, que é o racismo.

O racismo hierarquiza corpos e mantém os privilégios sociais, políticos e econômicos da elite branca. Nesta lógica, em se tratando do acesso à cidade, o racismo é agente de exclusão. A estrutura de desigualdades que caracteriza a sociedade brasileira, denuncia a ausência de habitações e moradias dignas à população negra, sem deixar dúvidas sobre políticas explícitas de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

discriminação racial. Ao apresentar este processo de exclusão, demonstramos exemplos da materialização do racismo que operacionaliza a segregação urbana. São contribuições que tendem a externalizar processos sociais e históricos que moldaram/moldam a sociedade brasileira e suas dinâmicas de poder e privilégio que aniquila corpos negros.

Este racismo cotidiano é um pacto acordado pela branquitude, que segundo Bento (2022, p.12)

possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele.

Deste modo, com base nas considerações da autora, a operacionalização do racismo é uma forma que a branquitude utiliza, para não permitir a circulação de corpos negros em determinados espaços. É um processo de dominação ideológica que deforma a visão do sujeito sobre a realidade que está inserido e ao mesmo tempo a distribuição de uma série de privilégios simbólicos e materiais, criando processos de subordinação, geradores de desigualdade e miséria. Sem moradia digna, sem acesso à política social de habitação, acaba por criar espaços citadinos espoliados urbanisticamente, exercendo uma segregação racializada de acesso a espaços urbanos, o que não seria diferente em Florianópolis, cidade que apresentaremos elementos no próximo subtítulo.

Nesta esteira, o cenário é de extremos de instabilidades, as prioridades sociais de moradia são apenas para corpos não negros. No sentido em que se avança das áreas centrais para a periferia, as condições de moradia vão se degradando, a oferta de serviços públicos diminuindo e a cor da pele da população vai escurecendo, ao ponto de não ser identificada como branca. Então, socialmente vai se criando essa organicidade racista de desigualdade que contribui com a falta de políticas sociais que compense tudo que salta aos olhos por conta do racismo que é bruto.

O RACISMO E A SEGREGAÇÃO URBANA: considerações acerca do município de Florianópolis

Neste capítulo apresentamos uma breve reflexão sobre o espaço, a segregação urbana socioespacial racializada em Florianópolis, abordando os processos de organização espacial



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

existentes e as contribuições desses processos na produção e reprodução do capital, na cidade que é capital⁵ do estado de Santa Catarina.

As relações entre os grupos racializados socialmente vulneráveis, marginalmente excluídos e o mercado imobiliário, perpassam no espaço urbano, que é território de disputa tanto na região continental, quanto na ilha. Este espaço urbano conforme Sugai (2015), é entendido não apenas como matéria-prima e meio de produção, mas como mercadoria que se valoriza segundo dinâmicas propriamente urbano-espaciais e financeiras. Neste sentido, o espaço urbano é transformado por conta dos interesses da classe burguesa, sendo palco de disputas sociais e econômicas, onde as desigualdades sociais são latentes. Além disso, um campo de conflitos entre as camadas sociais, que coloca em evidência as expressões da contradição capital e trabalho, pois em um sistema capitalista, o espaço pôde ser concebido como uma mercadoria.

Pensar o espaço como uma mercadoria consiste pelo fato da terra ser divisível e apropriável em parcelas de dimensões fixas, razoavelmente delimitáveis. Sua localização é um dos fatores que torna a terra urbana um produto distinto de outros, fazendo com que o valor de cada lote urbano, possa incidir sobre o preço, sendo agregados elementos como a infraestrutura e acessibilidade (Sugai, 2002, p.13).

Neste caso, em uma cidade como Florianópolis os interesses relacionados à terra urbana são diversos, afinal estamos nos referindo a uma cidade que tem sua localização geográfica privilegiada, quanto à proximidade com a natureza.

Os espaços que contam com as condições de infraestrutura e acessibilidade urbana, construídas por vezes com investimento do estado, de modo geral são adquiridos por uma parcela da sociedade que possui maior poder de compra, para obter e continuar nas áreas mais bem equipadas. Neste sentido, os terrenos mais baratos, do ponto de vista financeiro, são os que possuem menos recursos públicos e/ou contam com infraestruturas precárias, e ainda sem apresentar acessibilidade.

O sistema de disputa por espaço, se dá de maneira excludente dentro da cidade a partir do

⁵ Segundo Maricato (2003) a cidade capital é aquela que se destaca como o epicentro das atividades políticas, econômicas, sociais e culturais de uma determinada região. Não se refere necessariamente à capital política de um país ou estado, mas sim à cidade que exerce uma influência significativa sobre as demais, centralizando recursos, investimentos e oportunidades. Essa centralização de poder e recursos em uma única localidade pode resultar em disparidades urbanas e regionais, contribuindo para desafios como a segregação socioespacial, a deterioração das condições de vida e a exaustão dos recursos naturais. Neste sentido, compreender o papel das cidades capitais é crucial para Maricato (2003), pois isso permite uma melhor compreensão das dinâmicas urbanas e a busca por soluções que promovam um desenvolvimento mais equitativo e sustentável nas cidades do Brasil.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

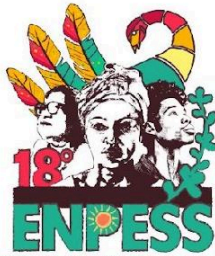
período de ocupação colonial europeia na América. Em particular no Brasil, desde a ocupação colonial, foi produzido um catálogo complexo de identidades hierarquizadas por conta da raça e do gênero. A partir de então, conforme Souza (2017, p. 44), foi possível entender

a relação entre classe social e raça no nosso país. Ser considerado branco era ser considerado útil ao esforço de modernização do país, daí a possibilidade mesma de se embranquecer, fechada em outros sistemas com outras características. Branco era (e continua sendo) antes um indicador da existência de uma série de atributos morais e culturais do que a cor de uma pele. Embranquecer significa, numa sociedade que se europeizava compartilhar os valores dominantes dessa cultura, ser um suporte dela.

Para isso, leva-se a entender que, conforme Souza (2017), surgem as representações e os binarismos civilizado-bárbaro, racional-irracional, onde analisando por um contexto histórico, no Brasil, o capitalismo colonial desenvolveu-se de forma independente, diante do surgimento do capitalismo mercantil voltado à produção agrícola para exportação, exigindo grandes extensões de terra. Dessa maneira, o capitalismo surge atrelado ao latifúndio, conseqüentemente, apesar da abundância de terras contidas neste país, a disputa por ela é histórica e refletida nos espaços. Por isso, cabe destacar que com o fim do período escravocrata, conforme demarcado nas obras do autor Clóvis Moura (2020), Jacob Gorender (2016), Cida Bento (2022), de forma expressiva, pessoas escravizadas foram deixadas a sua própria sorte, pelo não acesso à terra ou qualquer proteção social. Com o intuito da marginalização de corpos e da manutenção da desigualdade, o resultado foi a formação da "ralé brasileira", conforme apresentado por Jessé Souza (2017, p. 51)

dá-se a constituição histórica daquilo que chamo de "ralé brasileira": composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação. A submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Temos aqui a constituição de uma configuração de classes que marcaria a modernização seletiva e desigual brasileira a partir de então.

Para Maricato (2003, p. 183) "seja no campo ou na cidade, a propriedade da terra continua um entrave na sociedade brasileira", neste sentido, em uma perspectiva sociohistórica, a autora nos apresenta que a falta de acesso à terra é algo que vem se perpetuando, não tendo sido limitada apenas ao período da passagem do trabalho escravo, para o trabalho livre.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Considerando, que a intenção deste artigo acerca do racismo, que é um fator de exclusão no acesso à cidade, em que as expressões do racismo se dão também no sentido de influenciar na definição prévia dos acessos aos espaços urbano. Ou conforme Sugai(2015) seja, a segregação socioespacial não é um fenômeno novo, mas uma expressão de características estruturais inerentes às cidades capitalistas. Estes movimentos de segregação ocorrem silenciosamente, mas, tendo sempre como perspectiva ideologias eurocêntricas, onde aos corpos não brancos cabem apenas: à marginalização social. Sobre esse aspecto, segundo o autor Clóvis Moura (2020, p. 28-29)

Essa grande massa negra – repetimos –, barrada socialmente de forma sistemática, através de inúmeros mecanismos e subterfúgios estratégicos, colocada como o rescaldo de uma sociedade que já tem grandes franjas marginalizadas em consequência da sua estrutura de capitalismo dependente, é rejeitada e estigmatizada, inclusive por alguns grupos da classe média negra que não entram em contato com ela, não lhe transmitem identidade e consciência étnicas, finalmente não a aceitam como o centro nevrálgico do dilema racial no Brasil e, com isso, reproduzem uma ideologia que justifica vê-la como periférica, como o negativo do próprio problema do negro. A sociologia do negro é, por essas razões, mesmo quando escrita por alguns autores negros, uma sociologia branca. E quando escrevemos branca, não queremos dizer que o autor é negro, branco, mulato, mas queremos expressar que há subjacente um conjunto conceitual branco aplicado sobre a realidade do negro brasileiro, como se ele fosse apenas objeto de estudo e não sujeito dinâmico de um problema dos mais importantes para o reajustamento estrutural da sociedade brasileira.

Diante das considerações do autor Clóvis Moura (2020) surge a necessidade de compreender os impactos dos mecanismos de exclusão que operam em corpos não brancos, principalmente na vida da população negra. Compreender os movimentos de silenciamentos, principalmente, os silêncios nas bibliografias brasileiras, torna-se necessário, uma vez que o ato de silenciar não permite que a realidade seja exposta.

A estrutura social brasileira, pautada na racialização de corpos, se manifesta em todas as relações sociais e se tratando do acesso à terra, a segregação espacial pode ser observada nos espaços da periferia, cortiços, encostas, morros e/ou ocupações (Sugai, 2002). Os espaços urbanos impulsionaram práticas interpessoais e institucionais por parte da branquitude, com o intuito de manter e atualizar as hierarquias e privilégios raciais nos espaços urbanos. Isso demonstra a influência do processo de colonização na sociedade brasileira e como elas se entrelaçam com a disputa por espaços sociais, resultando na periferização e falta de acessos por parte da população negra, que por vezes é abandonada ou excluída.

Este processo de exclusão de corpos negros é resultado de um racismo que estrutura este país, pois o sistema é enraizado em pilares de privilégio do grupo dominante, que se vale de normas e instituições para manter sua posição no topo da hierarquia social. Em outras palavras, o racismo está intrinsecamente ligado à disputa de poder e à distribuição de recursos, isso nos demonstra que o racismo não se limita a atos isolados que ocorrem apenas nas relações interpessoais. É um sistema que envolve silenciamento, opressão e exclusão.

No município de Florianópolis, o racismo opera no processo de exclusão dos corpos no acesso à terra, e não seria diferente em um estado que defende ideologias conservadoras, principalmente no momento da manifestação do voto para a escolha de representantes, seja no âmbito do poder municipal, estadual ou federal. Com semelhanças severas, com o período do rompimento da monarquia e início da república, pois, segundo Souza (2017) os personagens que compunham o quadro político brasileiro eram fundamentalmente fazendeiros, militares de alta patente e donos de indústrias. Não havia representação popular de fato. Havia, sim, grande interesse desses personagens em incrementar a inserção do Brasil no sistema capitalista internacional, de modo a propiciar o acúmulo de riquezas deles mesmos e a construção social de mecanismo de privilégios.

Essa complexa gama de relações conflituosas entre o homem e a natureza, e dos homens entre si, conforme a teorização marxista, é reproduzida na capital de Santa Catarina. A especulação imobiliária sempre moveu corpos negros e pobres para cima dos morros e para longe de locais onde o planejamento urbanístico seria a vertente de modernização, progresso e capital especulativo. Frente a isso, as intervenções urbanísticas do Estado (e dos outros administradores públicos de seu tempo) serviam perfeitamente bem aos interesses do capital. Nesta lógica a cidade de Florianópolis, em benefício do capital, persiste envolvida e dominada pelos valores do enriquecimento privado.

A capital catarinense é uma cidade onde a mais valia é erigida como supremo valor urbanístico. Nela, o próprio espaço tem de receber uma valorização econômica crescente, além de ser organizado de modo a conferir agilidade aos processos mercantis, onde os edifícios comerciais, as sedes de empresas, os “shopping centers”, por exemplo, têm de ocupar os melhores locais e de estar relativamente próximos entre si. Além disso, a cidade precisa também se haver com o desafio de conciliar a sua necessidade da presença de compradores, com a presença da mão de obra pouco remunerada, desvalorizada em prol do lucro. Ela o faz investindo na criação de uma espécie de cinturão da classe média (“gentrificação”) em torno às áreas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

centrais (estas reservadas para a cúpula do poder), o que deixa como única opção para os corpos negros, compreendidos como subalternos, a ocupação da periferia, onde ainda podem ser simultaneamente aproveitadas como força de trabalho e mantidas à distância. É toda uma estrutura de dominação econômica que se monta assim, solidificando desigualdades e mascarando processos exploratórios por meio da naturalização das relações sociais capitalistas.

Florianópolis é uma capital cujo o crescimento causado do ponto de vista econômico e social circundado pelo mercado especulativo despertou com que esta cidade se torna referência no Brasil, por conta dos índices apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. No ano de 2021 segundo consta

o salário médio mensal era de 4,5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 65,32%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 1 de 295 e 1 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 12º de 5570 e 26º de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 24,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 209 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 5328 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2021).

Há uma rentabilidade média existente quando comparado a maioria das cidades brasileiras. Esse salário médio mensal e índice de empregabilidade em uma cidade que vivencia um pungente ciclo de turismo e aumento da construção civil faz com que a economia da capital catarinense se destaque em relação às outras cidades do Brasil na atual conjuntura. Os dados estatísticos, demonstram ainda que no ano de 2021

o PIB per capita era de R\$45.602,98. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 137 de 295 entre os municípios do estado e na 1139 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 37,5%, o que o colocava na posição 288 de 295 entre os municípios do estado e na 4992 de 5570. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R\$1.756.259,97 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$1.706.736,75 (x1000). Isso deixa o município nas posições 2 e 2 de 295 entre os municípios do estado e na 40 e 37 de 5570 entre todos os municípios (IBGE, 2021).

No momento atual Florianópolis tem uma população de 537.211 pessoas, o que representa um aumento de 27,53% em comparação ao censo publicado em 2010. Além disso, possui uma densidade demográfica de 796,06 pessoas por km² sendo a segunda maior população do estado



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de Santa Catarina, e a mais alta renda, possuindo um “morar na periferia é ser condenado duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial, a economia basicamente centrada no setor de serviços, turismo, construção civil e comércio.

Refletindo esses dados estatísticos relacionados ao Produto Interno Bruto (PIB) a segregação das classes sociais formadoras desses grupos em sua maioria racializados no espaço, que corresponde à segregação econômica, contribui para perpetuar no tempo essa separação, mantendo os dominantes no poder e os dominados longe deste. A periferia de Florianópolis se torna, dessa maneira, gueto no espaço e gueto no tempo, aprisionando seus moradores numa rede de exploração transgeracional e de classificações simbólicas hierarquizantes. Uma verdadeira segregação residencial, que conforme França (2022) ocorre por raça nas cidades brasileiras, e consegue causar relevantes disputas e desentendimentos da própria noção de segregação e do jeito ao qual este assunto vem sendo abordado na literatura mundial. Nestes movimentos segregatórios, os corpos não brancos e pobres são os mais atravessados. E neste sentido, para o autor Milton Santos (1987, p.115)

Dessa forma, frente à relação entre segregação racial, econômica e espacial é de extrema importância que reconheçamos a reformulação desses territórios contestados. Conforme apontado por França (2022) e reiterado por Santos (1987), a segregação residencial não apenas espelha, mas também perpetua desigualdades ao longo das gerações, mantendo comunidades em um ciclo de exploração e exclusão. Ao levantarmos considerações acerca desses parâmetros, somos levados a compreender não somente as políticas urbanas, mas também as estruturas sociais e econômicas que as mantêm. Dessa forma, o desafio de edificar cidades mais equitativas e acolhedoras necessita de uma abordagem que leve em conta as disparidades territoriais, garantindo o direito de cada indivíduo a espaços urbanos que não apenas proporciona abrigo, mas que também estimule sua dignidade e plena integração na vida cidadina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse processo de estudo e reflexão, que a pesquisa nos proporciona é imprescindível, pois nos permite um olhar ainda mais crítico para a realidade que estamos inseridas/os enquanto seres sociais. O racismo, que historicamente opera neste Estado brasileiro, salta aos olhos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

também a partir da ocorrência da segregação urbana nas cidades, quando observados os contrastes sociais, os quais vão deixando visíveis os interesses do capital.

O racismo é uma questão multifacetada que afeta diretamente a vida das pessoas não brancas, incluindo o direito à cidade, conceito este que se refere ao direito de todos os cidadãos de viver, utilizar e participar da cidade. Essa forma de preconceito pode ser observada em diferentes áreas da vida urbana, desde a segregação residencial até o acesso desigual à educação, emprego e serviços públicos.

As segregações que destroem morfologicamente a cidade não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas apenas locais, pois compreendemos como um processo histórico global, que se manifesta localmente em Florianópolis, nesses culminantes de urbanismo excludente. Entender isso, e denunciá-lo, constitui um passo preliminar para quem sabe, poder remediá-lo, pois cada movimento de resistência significa o despertar e o avivamento de um desejo de vida, de justiça e de liberdade. Quanto mais esse desejo for estimulado, mais factível se tornará a concretização desse direito, pois conforme o autor David Harvey (2005, p. 23)

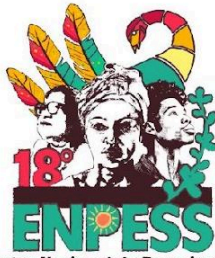
o direito à cidade é bem mais que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: diz respeito ao direito de mudar a nós mesmos através da possibilidade de mudar a cidade. É, ainda mais, um bem comum ao invés de um direito individual, uma vez que a transformação inevitavelmente depende diretamente de um exercício de poder coletivo para reformular o processo de urbanização.

Dessa forma, é fundamental combater tanto a segregação socioespacial quanto o racismo para garantir o direito pleno à cidade. Isso envolve a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão social, o combate às desigualdades, dos preconceitos e a promoção da diversidade. Além disso, é necessário fomentar a participação e o envolvimento das comunidades nas decisões relacionadas ao planejamento urbano, buscando a produção de espaços urbanos e de cidades justas e igualitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. - 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FRANÇA, D. S. N. **Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI**. Danilo Sales do Nascimento França. São Paulo: Blucher, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GOMES, A. H.; MELLO, L. F. **Racismo territorial**. Paco e Liteira, 2021.

GORENDER, J. **Escravidão Colonial**. 6ª edição, São Paulo. 2016.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2021.
Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estud Av, v. 17, n. 48, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2BWDe5H>. Acesso em: 31 out. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: A.A.P. Brandão (org.) Cadernos Penesb 5. Niterói: Ed. UFF, 2003.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SARMENTO, H. B. M.; CORTIZO, M. D. C. **Espaço e desigualdade**: Maria Inês Sugai. Revista Katálysis, v. 19, n. 2, pp. 224-231, 2016.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Editora Schwarz, 1993.

SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conturbada de Florianópolis. 2002. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conturbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis. Editora UFSC, 2015.